



Demonstrações Financeiras

2º Trimestre de 2020
(em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		684.538	640.686	Circulante		553.793	503.642
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	607.999	561.662	Salários, provisão de férias e encargos sociais	16	50.727	54.969
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.842	12.573	Fornecedores e prestadores de serviços.....		6.601	10.100
Contas a receber de clientes, líquidas	7	51.137	49.285	Impostos e contribuições	17	24.513	23.864
Estoques.....		611	463	Plano de pensão - contribuição mensal.....	18a	3.025	1.784
Créditos tributários.....	8	6.196	8.215	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	18b	31.668	-
Outros créditos.....	15	5.753	8.488	Obras efetuadas por arrendatários	19	18.900	18.026
				Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	20	369.487	367.025
				Provisão para plano de desligamento incentivado voluntário ..	21	18.179	2.772
				Parcelamento processos trabalhistas e cíveis e tributários.....		-	299
				Outras obrigações	24	30.693	24.803
Não Circulante		2.337.518	2.369.509	Não Circulante		2.247.156	2.454.623
Realizável a Longo Prazo		666.933	677.112	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	20	120.089	116.615
Contas a receber de clientes, líquidas	7	23.911	27.607	Receita diferida.....	22	299.124	311.978
Partes relacionadas.....	9	6.882	7.294	Obras efetuadas por arrendatários	19	97.221	101.558
Depósitos judiciais	10	162.396	147.611	Plano de Pensão - provisão déficit atuarial.....	18a	430.276	1.082.028
Bens destinados à alienação.....	11	243	243	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	18b	443.348	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos..	31	473.121	493.666	Créditos da União para aumento de capital.....	23	857.098	842.444
Outros créditos.....	15	380	691				
				Patrimônio Líquido		221.107	51.930
Imobilizado	12	1.665.382	1.685.792	Capital social.....	25	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	5.203	6.605	Prejuízos acumulados.....		(1.178.889)	(1.259.209)
				Outros resultados abrangentes		(14.104)	(102.961)
TOTAL DO ATIVO		3.022.056	3.010.195	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.022.056	3.010.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Nota	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita líquida	26	261.140	232.757	507.473	468.418
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(81.454)	(89.071)	(164.213)	(175.947)
Lucro bruto.....		179.686	143.686	343.260	292.471
Outras receitas (despesas) operacionais		(100.206)	(117.141)	(188.096)	(171.213)
Despesas administrativas e gerais	28	(69.564)	(55.173)	(115.114)	(104.484)
Outras receitas operacionais	29	1.247	238	1.601	606
Outras despesas operacionais	30	(31.889)	(62.206)	(74.583)	(67.335)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		79.480	26.545	155.164	121.258
Resultado financeiro		(595)	(9.199)	(2.361)	(16.573)
Receitas financeiras	31	8.249	6.574	18.021	12.653
Despesas financeiras	31	(8.844)	(15.773)	(20.382)	(29.226)
Lucro (prejuízo) operacional.....		78.885	17.346	152.803	104.685
Imposto de renda e Contribuição Social.....	32	(35.232)	(8.559)	(72.483)	(41.161)
Corrente		(23.709)	(20.385)	(51.938)	(43.875)
Diferido.....		(11.523)	11.826	(20.545)	2.714
Lucro antes da participação dos empregados.....		43.653	8.787	80.320	63.524
Participação dos empregados no lucro.....	33	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do período.....		43.653	8.787	80.320	63.524
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,16	0,03	0,29	0,23

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (Prejuízo) do período.....	43.653	8.787	80.320	63.524
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefício definido.....	88.857	-	88.857	-
Resultado abrangente	132.510	8.787	169.177	63.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2020 E 30/06/2019
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	(464.426)	949.674
Resultado do Período de 01/01/2019 a 30/06/2019.....	-	-	97.321	97.321
SALDOS EM 30/06/2019	1.414.100	-	(367.104)	1.046.996
Mutações no período de julho/2019 a dezembro/2019	-	(102.961)	(892.105)	(995.066)
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	(1.259.209)	51.930
Resultado do Período de 01/01/2020 a 30/06/2020.....	-	-	80.320	80.320
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	88.857	-	88.857
SALDOS EM 30/06/2020	1.414.100	(14.104)	(1.178.889)	221.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	569.110	531.367
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(63.254)	(71.540)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(155.487)	(127.960)
Valores pagos de encargos sociais	(35.243)	(36.648)
Valores pagos de contingências trabalhistas e cíveis	(27.610)	(50.332)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(66.418)	(64.560)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(47.845)	(42.346)
Valores pagos de juros	(137)	(547)
Valores pagos do Termo de Compromisso Financeiro - Plano de Pensão.....	(117.821)	-
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(2.185)	(5.124)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	53.110	132.310
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.774)	(8.051)
Aquisição de intangível.....	-	(57)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(6.774)	(8.108)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	1	184
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	1	184
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>46.337</u>	<u>124.386</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	561.662	206.440
Saldo final de caixa e equivalentes	607.999	330.826
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>46.337</u>	<u>124.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2020****2º Trimestre de 2020**

(em milhares de reais, exceto pela nota nº 34)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social. A SPA administrou a partir de 29/12/2015, através do Convênio 001/2015, o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, sendo que em 16/10/2019 o referido convênio foi rescindido com o Ministério da Infraestrutura através do Extrato do Termo de Rescisão Amigável nº 001/2019, que celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e a SPA.

Impactos do COVID-19:

A SPA segue monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Mesmo diante de um cenário com grandes desafios e graves consequências impostas a diversos setores e agentes econômicos, as operações no Porto de Santos mantiveram elevado nível de atividade. Favorecido principalmente pelo excelente desempenho de importantes setores exportadores, o fluxo de cargas atingiu nível recorde, tanto no 2T20 como no 1S20. O crescimento da movimentação decorrente de exportações suplantou os efeitos advindos da redução no nível de importações observada no período.

A Companhia prossegue adotando medidas tempestivas que visam preservar a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a atuação da Célula de Crise, de caráter multidisciplinar e em contato direto com as principais autoridades do Porto (Capitania dos Portos de São Paulo - CPSP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Polícia Federal - PF), com objetivo de monitorar constantemente os riscos advindos da evolução da pandemia, assim como planejar e implementar ações coordenadas que se façam necessárias para prevenir ou mitigar seus efeitos.

A implementação do tele trabalho (Home Office) para boa parte dos funcionários administrativos e todos integrantes de grupos de risco revelou-se eficaz. Mesmo com aproximadamente 32% dos colaboradores não atuando presencialmente, conseguimos adequar as operações e suportar o elevado nível de atividade e movimentação do período. Ao mesmo tempo, persistimos na intensificação de todos os protocolos de saúde e segurança, além de ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Importante destacar que a SPA continua com bons parâmetros de liquidez para o enfrentamento dessa crise, como pode ser observado pelos indicadores de liquidez corrente (ativo circulante superior ao passivo circulante) de 1,24 e liquidez imediata (ativo circulante excluindo estoques e contas a receber superior ao passivo circulante) de 1,14.

Para as contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento.

Apesar das dificuldades em quantificar os eventuais impactos futuros, permanecemos atentos a quaisquer alterações de cenário. Os dados de momento demonstram uma robustez do agronegócio nacional e um enfraquecimento do nível de importações. Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência o escoamento da diversificada pauta de exportações nacionais.

Em suma, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações trimestrais e tampouco há efeitos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia, que justificassem mudanças ou registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamentos Contábeis do CPC e as normas internacionais (IFRS), exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, para negociação e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Redução ao valor recuperável (Impairment):

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades, calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição, conforme CPC 16.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Partes Relacionadas Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até o final do exercício.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2): O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro– IFRIC 23 /ICPC 22 – IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos materiais na adoção do IFRIC 23.

Receita Diferida: A companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à companhia em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores recebidos antecipadamente são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Imposto de Renda e contribuição social corrente:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem em breve.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

O conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa engloba, além das disponibilidades propriamente ditas (caixa e bancos), valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	8.731	13.876
Aplicações financeiras	599.268	547.786
Totais	<u>607.999</u>	<u>561.662</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, pois, conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de renda fixa – BB	358.324	269.660
Fundo de Renda fixa – CEF	240.944	278.126
Total	<u>599.268</u>	<u>547.786</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Banco do Brasil remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa. Das obras apontadas abaixo, o Alinhamento de cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão paralisadas, mas com

estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será pedido a União que remaneje os valores para outros investimentos.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores Vinculados à aplicação em infraestrutura		
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	59	59
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.876	6.876
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Subtotal	12.567	12.567
Rendimentos financeiros	275	6
Saldo Total	<u>12.842</u>	<u>12.573</u>

Por vezes, a SPA necessita cumprir suas obrigações contratuais com os fornecedores decorrentes dos serviços prestados em infraestrutura, de responsabilidade do Governo Federal, sem que tenha recebido os respectivos recursos financeiros. Referente ao exposto, em 30/06/2020 à companhia é credora do valor de R\$ 609 (R\$ 610 em 31/12/2019), conforme quadro abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Investimentos em Infraestrutura		
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	98	99
- Avenida Perimetral - Santos	511	511
Total	<u>609</u>	<u>610</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de serviços prestados	129.401	132.126
Valores a Receber de empresas em recuperação judicial	15.275	15.275
(-) Perdas esperadas c/créditos liquidação duvidosa	(69.628)	(70.509)
Total	<u>75.048</u>	<u>76.892</u>
Circulante	51.137	49.285
Não Circulante	23.911	27.607

Na conta (PECLD) estão incluídos apenas empresas com processos judicializados, pois, as perdas normais das atividades da empresa não possuem materialidade. O procedimento contábil está em conformidade com as orientações contidas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo, sendo que a redução do valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL se deve a utilização do mesmo em 2020.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	2.111
Impostos retidos sobre faturamento	185	93
Contribuição Social s/LL Pago a Maior	1.657	1.657
Imposto de Renda a Restituir	4.229	4.229
FGTS pago a maior	125	125
Total	<u>6.196</u>	<u>8.215</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação, conforme CPC 05.

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, que foi administrado pela SPA conforme mencionado na nota explicativa nº 1, podem ser reembolsados pelo Ministério da Infraestrutura. Como esta questão está sendo tratada entre as partes e a companhia pode não os receber, foi constituída uma provisão com o título de valores contestados com esta quantia. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ministério da Infraestrutura	51.661	52.359
(-) Valores contestados	(45.462)	(45.462)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	39	17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	111	83
Ministério do Trabalho	533	297
Total	<u>6.882</u>	<u>7.294</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Detalhe	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos Recursais Cíveis	23.029	22.046
Depósitos Recursais Trabalhistas	132.083	118.374
Depósitos Recursais Tributários	2.960	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas	4.324	4.230
Total	<u>162.396</u>	<u>147.611</u>

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	1.510	1.617	10,0
Veículos	683	740	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	5.414	5.875	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.506	1.600	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	91	96	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	8.212	8.944	20,0
Edifícios	28.685	29.391	2,0
Instalações	731.380	737.352	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	161.723	167.234	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	19.163	19.664	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	532.795	537.801	1,43 a 6,67
Terrenos	29	29	-
Obras em andamento	49.824	49.305	-
Bens móveis industriais	4.374	4.623	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	25.558	27.086	3,33 a 10,0
Total	<u>1.665.382</u>	<u>1.685.792</u>	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 5.203 (R\$ 6.605 em 31/12/2019) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2020 a 30-04-2021.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da companhia, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Riscos operacionais	307.662	427.492
Automóveis	2.119	3.649
Responsabilidade civil	30.000	30.000

15. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renegociação de faturas a receber	3.636	6.654
Férias a apropriar	1.267	1.391
Sinistros cobertos por apólice	294	292
Plano de Saúde	541	514
Diversos	269	202
Prefeitura de Santos	126	126
Total	<u>6.133</u>	<u>9.179</u>
Circulante	5.753	8.488
Não Circulante	380	691

Renegociação de faturas é composto por faturas emitidas e não pagas, para as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados.

16. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários a pagar	10.160	11.372
Provisão - Férias	26.394	35.973
Provisão - 13º salário	7.974	-
Encargos sociais	6.080	7.505
Remuneração variável de administradores - 2017	119	119
Total	<u>50.727</u>	<u>54.969</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	1.109	580
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.028	904
Retenção para seguridade social - INSS	372	352
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.103	8.658
Programa de integração social - PIS	1.765	1.275
Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	8.151	5.899
Imposto sobre serviços - ISS	1.349	964
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.636	5.232
Total - Circulante	<u>24.513</u>	<u>23.864</u>

18. PLANO DE PENSÃO

18a – Déficit Atuarial Portus

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBP1–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11. O déficit atuarial da SPA apontado no Balanço Patrimonial e nos quadros abaixo é de R\$ 430.276, calculado seguindo o CPC 33(R1). As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	30/06/2020	31/12/2019
1. Taxa de desconto (nominal)	7,384%	6,853%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,384%	6,853%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,500%	4,000%
4. Reajuste nominal do benefício	0,000%	0,000%

Base de dados:

	30/06/2020	31/12/2019
Participantes ativos (passivo principal)	377	377
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.094	4.094
Aposentados	2.511	2.511
Pensionistas	1.583	1.583
Número total de participantes	4.471	4.471
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,58

Formação do Déficit:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo do passivo atuarial – início de exercício	979.067	922.418
(+) Custo do benefício definido – efeito no resultado	40.491	73.542
(-) Pagamento de contribuições	(10.549)	(16.893)
(+/-) Remuneração atuarial – efeito no PL	14.104	102.961
(-) Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro	(592.837)	-
Saldo do passivo atuarial	<u>430.276</u>	<u>1.082.028</u>

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	30/06/2020		31/12/2019	
1. Principais Categorias de Ativos				
2.a Disponível	158	0,18%	658	0,18%
2.b Realizável	59.148	15,43%	57.103	15,43%
2.c Títulos Públicos	38.804	10,47%	38.748	10,47%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	64.357	28,96%	107.203	28,96%
2.f Fundos de Investimentos	7.911	10,77%	39.860	10,77%
Renda Fixa	7.672	10,70%	39.618	10,70%
Imobiliário	239	0,07%	242	0,07%
2.g Investimentos Imobiliários	114.693	31,33%	115.982	31,33%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciários	10.617	2,87%	10.627	2,87%
Total Ativo	295.687	100,00%	370.181	100,00%
(-) Contribuições Contratadas em atraso	1.509		-	
(-) Uso Próprio	(10.088)		(8.828)	
(-) Exigível Operacional	(5.598)		(5.654)	
(-) Exigível Contingencial	(35.579)		(18.652)	
(-) Fundo Previdencial	(15.859)		(15.680)	
(-) Fundo de Investimento	(40.248)		(40.348)	
(-) Fundo administrativo	-		(6.798)	
Valor Justo dos Ativos (Total)	(55.442)		(69.664)	
Valor Justo dos Ativos	134.381		204.558	
Percentual rateio	51,726%		51,726%	
Valor Justo dos Ativos	69.510		105.810	

Outras premissas atuariais materiais:

Outras premissas atuariais materiais	30/06/2020	31/12/2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação de benefício definido – Segregado 2020

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	355.851	1.122.405
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	2.461	-
3. Custo dos juros	11.992	36.817
4. Contribuições de participantes do plano	2.797	-
5. Benefícios pagos	-	(57.744)
6. (Ganho) / perda atuarial	(89.240)	(240.769)
6.a. Ganho / (perda) atuarial – mudança de premissas	(19.288)	(42.006)
6.b. Ganho / (Perda) atuarial – ajuste de experiência	2.554	7.229
6.c. Ganho / (Perda) atuarial – Redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	(72.505)	(205.991)
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	1.738
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	283.861	862.448

Análises de Sensibilidade

Montante do:	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 30/06/2020
	Agravada 10%	em Desagravada em 10%	+ 0,25%	- 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.123.662	1.170.839	1.122.289	1.171.283	1.146.309
Valor justo dos ativos do plano	182.747	182.747	182.747	182.747	182.747
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(940.915)	(988.092)	(939.542)	(988.536)	(963.562)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos (TCF)	475.016	475.016	475.016	475.016	475.016
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	118.140	123.100	117.995	123.146	120.521
Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias	251.101	261.643	250.794	261.742	256.161
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(96.659)	(128.334)	(95.737)	(128.632)	(111.864)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	50.350	66.849	49.869	67.004	58.270
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(890.565)	(921.243)	(889.672)	(921.532)	(905.292)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	475.016	475.016	475.016	475.016	475.016
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(415.550)	(446.227)	(414.656)	(446.516)	(430.276)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,98%	2,14%	-2,10%	2,18%	
Varição do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,35%	2,55%	-2,49%	2,59%	

Os valores constantes do Balanço Patrimonial de R\$ 3.025 em 30/06/2020 (R\$ 1.784 em 31/12/2019) são relativos as contribuições mensais devidas ao Portus referente a 06/2020 que foram quitadas em 07/2020.

18b - PLANO DE PENSÃO – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

A SPA firmou em 21 de setembro de 1981, Convênio de Adesão junto ao PORTUS a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o PORTUS (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345 (quinhentos e setenta e sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo, passou a ser de R\$ 589.105 (quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e cinco mil). A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821 (cento e dezessete milhões, oitocentos e vinte e um mil). O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será pago em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	30/06/2020	31/12/2019
Termo de Compromisso Financeiro – Plano PBP1	589.105	-
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	(117.821)	-
(+) Juros e atualização monetária	3.732	-
Saldo devedor remanescente	<u>475.016</u>	
Circulante	31.668	-
Não circulante	443.348	-

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, em cujas áreas existam necessidades de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, que foram realizadas pelo arrendatário, são ressarcidos pela companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário, Contrato, Vigência e Índice	Saldo 31/12/2019	Atualização monetária em 2020	Pagamentos em 2020	Saldo 30/06/2020
Brasil Term. Portuário S.A Contrato nº: 24/2001 Vigência: até 01/2027 Índice Utilizado: IGP-M	111.673	5.400	(7.904)	109.169
Ecoporto Santos S/A Contrato nº: 28/1998 Vigência: até 06/2023 Índice Utilizado: TJLP	7.911	193	(1.152)	6.952
Total	<u>119.584</u>	5.593	(9.056)	116.121
Circulante	18.026			18.900
Não Circulante	101.558			97.221

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação	Provisão Trabalhista	Provisão Cível	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.341	389.326
(+) Adições	47.189	90.855	138.044
(-) Reversão e utilização	(27.229)	(16.501)	(43.730)
Saldo em 31/12/2019	228.945	254.695	483.640
(+) Adições	6.774	10.185	16.959
(-) Reversão e utilização	(11.023)	-	(11.023)
Saldo em 30/06/2020	<u>224.696</u>	<u>264.880</u>	<u>489.576</u>
Circulante	211.208	158.279	369.487
Não Circulante	13.488	106.601	120.089

Provisão trabalhista

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável pelo departamento jurídico.

Provisão cível

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisão Tributária

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da SPA.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer do departamento jurídico é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 30/06/2020, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 108.850 e relacionadas a contingências cíveis foi de R\$ 39.198.

21. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou o Programa Incentivado de Desligamento Voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 10/12/2019 a 21/04/2020 e se destinou aos empregados com 30 anos de serviço na empresa e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 01/05/2020 a 30/09/2020. A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da empresa buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro.

A constituição da provisão foi efetuada na medida em que os empregados realizaram a adesão. Até o prazo final das inscrições foram 225 (duzentas e vinte e cinco) adesões de funcionários neste programa e a movimentação está demonstrada no quadro abaixo:

	Posição 31/12/2019	Movimentação 2020	Posição 30/06/2020
Nº Total de Inscritos no PIDV	21	204	225
Inscritos no PIDV em R\$	3.119	45.560	48.679
Utilização por desligamento	347	30.153	30.500
Saldo final	2.772	15.407	18.179

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 81 do CPC 06 (R2). Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 12.854 (R\$ 25.708 em 31/12/2019), conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2018	19.979	140.021	175.635	2.050	337.685
Apropriações ao resultado	(5.101)	(8.751)	(10.978)	(877)	(25.707)
Saldo em 31/12/2019	<u>14.878</u>	<u>131.270</u>	<u>164.657</u>	<u>1.173</u>	<u>311.978</u>
Apropriações ao resultado	(2.551)	(4.376)	(5.487)	(440)	(12.854)
Saldo em 30/06/2020	<u>12.327</u>	<u>126.894</u>	<u>159.170</u>	<u>733</u>	<u>299.124</u>

23. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incide encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98. O valor alto demonstrado no quadro abaixo se deve, principalmente, pelo fato de não haver autorização da União (decreto) para aumento de capital desde 2015.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	842.444	791.715
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos para aumento de capital no exercício	1	3.440
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	14.653	47.289
Saldo final	<u>857.098</u>	<u>842.444</u>

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	17.483	12.200
Cauções	5.157	4.689
Empréstimos para funcionários	300	323
Pensões Judiciais	519	540
Contribuições Sociais e Sindicais	300	312
Diversos	458	263
Total	<u>30.693</u>	<u>24.803</u>
Circulante	30.693	24.803
Não Circulante	-	-

Em 1988 foi criado o Adicional de Tarifa Portuária - ATP incidente sobre as tabelas das Tarifas Portuárias (Lei 7.700/1988 sendo que foi revogada pela Lei 9.309/1996) e o valor remanescente está sendo discutido para quem transferir, já que o órgão responsável foi desfeito. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos efetuados antecipadamente pelos clientes e usuários do porto, que serão compensados na liquidação dos documentos fiscais.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 30 de junho 2020 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura aquaviária	287.293	243.395
- Utilização da infraestrutura terrestre	55.486	62.011
- Energia elétrica	21.607	22.590
- Outras receitas	6.498	7.165
Receitas de arrendamento		
- Arrendamentos e alugueis	211.304	202.120
(-) Imposto sobre Serviços - ISS	(17.273)	(15.410)
(-) Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(3.889)	(4.066)
(-) Programa de Integração Social - PIS	(9.553)	(8.810)
(-) Contribuição Financiamento Seg. Social - COFINS	(44.000)	(40.577)
Total de Receita Líquida	<u>507.473</u>	<u>468.418</u>

27. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	76.118	82.724
Encargos sociais	22.444	25.019
Serviços de terceiros	38.276	39.904
Depreciação	22.230	22.882
Aluguéis	776	866
Utilidades, serviços e materiais	4.369	4.552
Total	<u>164.213</u>	<u>175.947</u>

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	73.353	51.703
Encargos sociais	10.520	10.771
Serviços de Terceiros	6.727	8.240
Aluguéis	3.522	3.427
Utilidades e serviços e materiais	2.790	4.196
Impostos, taxas e contribuições	1.250	1.026
Demandas judiciais	13.771	22.850
Órgãos Colegiados	1.669	1.566
Ressarcimento - OGMO - Medida Provisória nº 945	767	-
Outras despesas	745	705
Total	<u>115.114</u>	<u>104.484</u>

O valor referente ao item Pessoal, encargos do trabalho e benefícios foi impactado devido ao PIDV (vide nota explicativa nº 21). Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à

União. Em conformidade com a Medida Provisória nº 945 e o convênio SPA 01/2020, a companhia deve ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO o salário médio aos trabalhadores afastados devido a Covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Reversão de provisões	881	-
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	439	439
Indenizações e multas contratuais	204	167
Doações Recebidas	77	-
Total	<u>1601</u>	<u>606</u>

O item doações recebidas constante do quadro acima referem-se a doações recebidas de outras empresas para os trabalhadores da operação da SPA, composta principalmente de kits de proteção ao Covid-19 como máscaras e álcool gel.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	5.937	38.409
Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	28.042
Multas	102	863
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	15.407	-
Custo do benefício definido - efeito no resultado - Portus	40.491	-
Perdas com Créditos – Decisão Judicial	12.307	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	309	-
Outras	30	21
Total	<u>74.583</u>	<u>67.335</u>

O item PIDV está explicitado na nota nº 21 e o valor do custo do benefício definido – Portus não existia no ano de 2019, já que a contabilização do déficit atuarial como Plano de Benefício Definido (PBD) foi efetuada em dezembro de 2019 (Vide nota nº 18).

31. RESULTADO FINANCEIRO

A variação ocorrida neste item deve-se a variação dos índices que são utilizados para as correções e juros, mas principalmente pelo aumento nos valores das aplicações financeiras da SPA (vide nota nº 5) que geraram um rendimento maior, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	616	2.638
Rendimentos de aplicações financeiras	17.253	9.770
Outras	152	245
Subtotal	<u>18.021</u>	<u>12.653</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária	(5.593)	(4.475)
Juros pagos ou incorridos	(14.789)	(24.751)
Subtotal	<u>(20.382)</u>	<u>(29.226)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(2.361)</u>	<u>(16.573)</u>

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na SPA, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Os impostos diferidos estão detalhados no quadro a seguir:

DETALHAMENTO	31/12/2019			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	228.944	57.236	20.605	77.841
Provisão Cível	254.695	63.674	22.922	86.596
Créd. Liquidação Duvidosa	70.509	17.627	6.346	23.973
Base Negativa CSLL	898.640	224.660	-	224.660
Prejuízo Fiscal IRPJ	895.507	-	80.596	80.596
TOTAL		363.197	130.469	493.666
DETALHAMENTO	30/06/2020			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	224.696	56.174	20.223	76.397
Provisão Cível	264.880	66.220	23.839	90.059
Créd. Liquidação Duvidosa	69.628	17.407	6.267	23.674
Base Negativa CSLL	833.208	208.302	-	208.302
Prejuízo Fiscal IRPJ	829.880	-	74.689	74.689
TOTAL		348.103	125.018	473.121

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme quadro abaixo:

2020	65.000
2021	63.000
2022	75.000
2023	64.500
2024 em diante	205.621

33. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

34. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: junho/2020) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- Maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	44.033,03
- Menor remuneração	950,77
- Salário médio	11.522,32

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações

BRUNO STUPELLO
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

BRUNO STUPELLO
Diretor de Infraestrutura
(em substituição)

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. - SPA
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Autoridade Portuária de Santos S.A. -SPA, em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data. A administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

CONCLUSÃO

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias da SPA não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Esse relatório sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias está sendo emitido com base na NBC TR 2410.

Ribeirão Preto (SP), 11 de agosto de 2020.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0